

PROCESSO - A. I. Nº 299164.0204/03-3
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - GERMAC – VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTERNET - 08.06.06

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJP Nº 0206-11/06

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Representação proposta com base no art. 119, § 1º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), tendo em vista que não se pode exigir novamente do autuado o valor do tributo, considerando que as mercadorias apreendidas foram por ele abandonadas em favor da Fazenda Estadual. A relação jurídica existente entre o Estado (sujeito ativo) e o depositário infiel tem natureza civil e não tributária, cabendo a propositura da competente ação de depósito. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Representação proposta pela PGE/PROFIS, no âmbito do controle de legalidade exercido por aquele órgão, com fundamento no art. 119 inciso II e seu §1º cc com o art. 136 §2º todos da Lei nº 3956/81 (COTEB).

O Auto de Infração em destaque foi lavrado em 09/02/2003, pelo Trânsito no Posto Fiscal Benito Gama, em virtude de transporte de mercadorias para empresa com inscrição cancelada, conforme Sidat.

Foi reclamado o imposto no valor de R\$692,57 mais multa de 100%.

As mercadorias apreendidas foram depositadas em poder de terceiro, a Transportadora Grande Rio Ltda., estranha à pessoa do autuado.

À vista do autuado não ter apresentado defesa ou liquidado o débito lançado, foi declarado revel, encerrando-se assim a fase administrativa do julgamento e encaminhados os autos à Comissão de Leilões e Feiras para o fim de intimar o depositário a entregar as mercadorias para a Administração Tributária, com vistas à efetivação do leilão fiscal, art. 950 §2º inciso II do RICMS/BA.

Frente a não devolução das mercadorias sob sua guarda, foi lavrado termo e remetido o feito à Gerência de Cobrança para saneamento, com vistas à inscrição em Dívida Ativa, após o que foram os autos remetidos à PGE/PROFIS para o exercício do Controle de Legalidade e autorização da inscrição, na forma do art. 113, §1 e 2 do RPAF/99.

A Dra. Ana Carolina Moreira, n. procuradora da PGE/PROFIS, do exame do PAF, à luz do art. 940/958 do RICMS/BA, relata que:

- se o autuado não solicitou a respectiva liberação, ou não pagou o débito lançado, ou ainda não promoveu sua defesa administrativa ou judicial nos prazos regulamentares, ditas mercadorias são tidas como abandonadas:
- a partir desse ponto, o Estado disporá livremente das mesmas, e para cumprimento do crédito tributário as levará a leilão:
- qualquer que seja o resultado do leilão (arremate em valor inferior ao do imposto cobrado, ou por falta de arrematante sejam imobilizadas ao serviço público, e se não possíveis serem

incorporadas ao serviço público, sejam as mesmas doadas a instituições filantrópicas ou de educação), considera-se o autuado desobrigado com relação ao crédito em exigência.

Desta forma, aduz a ilustre procuradora, o Estado satisfaz o seu crédito tributário e o contribuinte que abandonou ditas mercadorias, não poderá novamente ser demandado por essa mesma obrigação.

Realça que não coube ao contribuinte a escolha de ter suas mercadorias apreendidas, e sim ao Estado, restando a ele se conformar. Também não coube ao mesmo contribuinte escolher se as mercadorias em questão serão depositadas em seu poder ou na mão de terceiros. Trata-se de opção do Estado, que agindo por conveniência própria assume os riscos.

Destaca a n.º procuradora que a apreensão das mercadorias, mais a ocorrência de cobrança judicial do crédito tributário, são o preço irreconciliável, excludente, e equivale a cobrar por duas vezes o mesmo imposto, um autêntico “*bis in idem*”.

Comenta d.ª procuradora que o crédito em comento é insusceptível de cobrança e deverá ser extinto, pois dele se encontra inequivocamente desobrigado o autuado.

Já de outro lado, a inércia do depositário em apresentar as mercadorias sob sua guarda, o caracteriza como infiel, autorizada seja promovida a competente ação de depósito. Esclarece a d.ª procuradora que a relação jurídica travada pelo Estado contra o infiel depositário, não tem natureza tributária, mas civil, e que a extinção do crédito tributário em nada prejudicará aludida demanda, porque nela se exigirá não o crédito tributário, mas sim a entrega das mercadorias apreendidas ou em indenização em valor equivalente por extravio das mesmas.

Em conclusão, citando o art. 113 §2º do RPAF/99, apresenta sua discordância, na oportunidade, quanto à inscrição deste crédito tributário em Dívida Ativa, por flagrante ilegalidade na pretensão de executar o autuado pelo crédito tributário visto no Auto de Infração em tela.

Ato contínuo, a ilustre procuradora, com apoio no art. 119, II e §1º do RPAF/99, representa ao Colendo Conselho da Fazenda Estadual, para apreciação do fato narrado, pugnando pela extinção do crédito tributário em comento, e aduzindo que em sendo Acolhida a presente Representação, sejam os autos remetidos ao setor judicial da PGE/PROFIS, para que valham como provas das alegações formuladas contra o depositário na ação a ser promovida.

Anexo ao presente PAF, Despacho do ilustre procurador do Estado, Dr. Rogério Leal Pinto de Carvalho, ratificando a presente Representação nos termos em que foi formulada, com o De Acordo aposto pelo ilustre Procurador Chefe da PGE/PROFIS, Dr. Jamil Cabús Neto.

VOTO

O presente PAF revela situação na qual o contribuinte, por ter tido sua inscrição cancelada, mercadorias que lhe eram remetidas ficaram apreendidas no Posto Fiscal.

A ilustre procuradora expõe faticamente, a ilegalidade que seria perpetrada na continuação da execução do autuado, pois o perdimento de ditas mercadorias para o Estado, e por Decisão única e exclusiva deste, denotaria autêntico “*bis in idem*”.

O Estado, como sói acontecer nessas situações, a seu bel-prazer constituiu depositário estranho ao fato, para que sob guarda do mesmo, ficassem mantidas as mercadorias apreendidas.

O contribuinte não apresentou defesa, nem se interessou por quitar o valor do imposto e da multa de 100%, o que caracterizou abandono das mesmas à revelia.

A Comissão de Leilões e Feiras não logrou obter essas mercadorias, tornando-se infiel o depositário, por não as devolver ou então indenizar pelas mesmas extraviadas.

A PGE/PROFIS traz Representação a este CONSEF, através d.ª procuradora dra. Ana Carolina Moreira, dentro do Controle de Legalidade exercido por aquele órgão, vindo aos autos pugnar

pela extinção do crédito tributário, removendo da lide o contribuinte, dado que pelo perdimento de mercadorias que lhe eram destinadas, da forma e opção eleita pelo Estado, nada mais deve ao erário.

Ainda com fundamento no art. 119, II, §1º do RPAF/99, aduz a n. procuradora que em sendo Acolhida a presente, sejam os autos remetidos ao setor judicial da PGE/PROFIS a fim de fazerem provas contra o infiel depositário, na ação civil a ser promovida para reparação das perdas sofridas pelo Estado.

Voto, portanto, pelo ACOLHIMENTO da Representação apresentada.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta, devendo os autos serem remetidos ao setor judicial da PGE/PROFIS a fim de fazerem provas contra o infiel depositário, na ação civil a ser promovida para reparação das perdas sofridas pelo Estado.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de maio de 2006.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

OSWALDO IGNÁCIO AMADOR – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS